

Editorial

O presente número da revista *Espaço Pedagógico* trata de um tema importante e desafiador no contexto atual. Essa relevância se deve a vários fatores, entre os quais o reconhecimento da multiplicidade de elementos e questões que intervêm nas práticas educativas e socioculturais, a diversidade de posicionamentos políticos inerentes aos processos democráticos, os conflitos relativos aos fins da educação num contexto no qual as tensões entre o local e o global e entre a homogeneidade e a diversidade estão muito aguçadas. Hoje não há como pensar em políticas educacionais e cidadania sem colocar em debate essas, entre outras, questões.

São inúmeros os desafios que se colocam para dar conta da diversidade de problemas e interesses presentes tanto na formulação quanto na implementação de políticas educacionais que tendem, na atualidade, a fortalecer projetos privados em detrimento dos projetos públicos. Nesse contexto, o Estado perde, em parte, a sua função de mediação de conflitos para assumir uma posição na defesa de interesses privados e propostas dos organismos

internacionais, de modo especial, do Banco Mundial. Essa tendência ganha força com o avanço do discurso neoliberal com a tese do Estado mínimo. O paradoxo do discurso sobre o Estado evidencia-se na tentativa de reduzir a sua função (Estado mínimo) ao mesmo tempo em que expande sua intervenção pelo fortalecimento de mecanismos de controle. As políticas precisam avançar no sentido de pensar o Estado como defensor dos interesses públicos e coletivos. É dentro desse contexto que a discussão sobre políticas educacionais e cidadania ganha uma importância maior.

O conceito de políticas educacionais tem um significado mais objetivo, ao passo que o de cidadania é polissêmico. Desde a sua formulação inicial na Grécia assumiu inúmeros significados, que, por sua vez, têm implicações políticas distintas. No Brasil, desde o final da década de 1970, o conceito de cidadania colou-se às lutas pela redemocratização do país e na defesa dos direitos humanos. Nesse contexto, o conceito de cidadania tinha uma perspectiva crítica e emancipatória. Com o passar dos anos, no entanto, o concei-

to foi sendo incorporado por diferentes organizações e forças sociais, nem todas comprometidas com as mudanças sociais e estruturais. Nesse processo, o conceito foi perdendo o seu sentido e hoje é utilizado com significações múltiplas e com os mais diversos compromissos políticos. Em praticamente todos os documentos e propostas políticas, independentemente dos formuladores, está presente o conceito de cidadania. Explicitar esse conceito, bem como os seus desdobramentos sociais e políticos, é um desafio enfrentado por alguns artigos.

Ao propor como tema para o presente número da revista “Políticas educacionais e cidadania” tem-se como objetivo pensar a educação numa perspectiva crítico-emancipatória. Evidentemente, a pluralidade de idéias e posicionamentos dos diferentes autores faz parte do debate democrático. O princípio central, no entanto, continua sendo o de pensar a cidadania como direito não restrito à participação política. Cidadania inclui a política, a economia, a cultura, as condições de vida e sobrevivência, a

educação, enfim, tudo o que diz respeito aos direitos fundamentais dos sujeitos. Portanto, cidadania implica ações políticas que assegurem os direitos fundamentais do ser humano numa perspectiva crítica e emancipatória.

Num contexto de crescente descrença na capacidade humana de criar, intervir e transformar a realidade, é fundamental pensar as políticas de forma articulada à cidadania, o que implica aprofundar a dimensão política da própria ação. Os textos do presente número abordam, de diferentes modos e enfoques, essas preocupações, abrangendo questões teóricas, experiências concretas, conceitos, etc.

Gostaria de agradecer aos autores que estão contribuindo com seus artigos e pesquisas para qualificar o debate. Dessa forma, desejamos contribuir com as discussões sobre políticas educacionais e cidadania e avançar no sentido de qualificar as práticas educativas visando à transformação social e à emancipação dos sujeitos. Uma boa leitura a todos.

Telmo Marcon
Editor